

CPI das Câmeras da Alerj divulga o relatório final

Documento pede o indiciamento de empresas e propõe regras mais rígidas para o setor

A CPI das Câmeras da Alerj criada para investigar a atuação de empresas responsáveis por sistemas de videomonitoramento em vias públicas e o funcionamento de cooperativas e associações de proteção veicular, se reuniu nesta segunda-feira (23) para apresentar o relatório final (com 89 páginas) após quase oito meses de trabalho.

Durante a reunião, foi definido que o documento será encaminhado aos Ministérios Públicos Estadual e Federal e à Receita Federal para que possam adotar as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos e evitar que novas pessoas sejam prejudicadas. A Comissão também anunciou o protocolo de um projeto de lei que prevê o cadastro obrigatório das empresas de monitoramento por câmeras, na Secretaria de Segurança Pública.

O presidente do colegiado, Alexandre Knoploch (PL), afirmou que a CPI identificou diversas irregularidades nas empresas de monitoramento por câmeras, além de indícios de crimes em associações de proteção veicular.

“Apuramos sonegação fiscal, falsidade ideológica e usurpação de função. O relatório será encaminhado aos órgãos com-



Presidente da CPI, deputado Alexandre Knoploch, e o vice, deputado Marcelo Dino

petentes para prosseguirem as investigações. Já protocolamos dois projetos de lei, para proibir a pronta resposta e regulamentar as associações, e vamos agora apresentar um terceiro para exigir o cadastro das empresas de monitoramento na Secretaria de Segurança Pública, garantindo mais transparência ao setor”, pontuou Knoploch.

O deputado Luiz Paulo (PSD) defendeu a necessidade de maior controle sobre o seguimento de monitoramento no Estado: “As empresas precisam ser cadastradas na Secretaria de Segurança para dar mais transparência, permitir fiscalização adequada e garantir mais tran-

quilidade à população. Hoje, esse controle é insuficiente e precisa ser aprimorado”.

Já o vice-presidente da CPI, deputado Marcelo Dino (União), disse que os trabalhos do colegiado revelaram questões graves envolvendo também o setor de proteção veicular.

“A CPI expôs problemas sérios, que envolvem risco à população, recursos e prejuízos ao Estado. Esperamos que os órgãos competentes, como o Ministério Público e demais instituições, adotem as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos”, disse Dino.

Criada em junho de 2025, a CPI foi instaurada para inves-

tigar a atuação de empresas privadas responsáveis por sistemas de videomonitoramento em vias públicas, assim como o funcionamento de cooperativas e associações de proteção veicular. Ao longo dos trabalhos, o colegiado ampliou as apurações para alcançar empresários e grupos ligados a esses setores, diante de indícios de possível vínculo ou favorecimento ao crime organizado no estado. Entre as frentes investigadas, estão suspeitas de conexões com milícias e facções criminosas, além de denúncias de intermediação irregular na devolução de veículos mediante pagamento, prática que pode configurar receptação.

Financiamento de veículos aumenta 4,9% no Rio

O financiamento de veículos no Rio de Janeiro registrou um aumento de 4,9% em janeiro de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, de acordo com dados da Trillia, nova linha de negócios de dados da B3. O total de veículos financiados, na soma de novos e usados, foi de 31,2 mil. O estado ocupa a sexta posição no ranking nacional de financiamentos veiculares, representando 5% do total do país.

O segmento de motos foi o principal responsável por esse crescimento, apresentando uma alta de 11,2% na comparação de janeiro de 2026 com o mesmo mês do ano anterior. A quantidade de autos pesados financiados subiu 10,1% no período. O financiamento de veículos leves aumentou 5,1%.

“O volume registrado em janeiro reflete a consolidação do crescimento do setor automotivo no país. A B3 está preparada para acompanhar essa expansão com uma infraestrutura robusta, e o Sistema Nacional de Gravames desempenha papel central ao mitigar riscos de fraude e tornar mais eficiente a análise e a aprovação do crédito para o consumidor”, afirma Daniel Takatohi, superintendente de Produtos de Financiamento da Trillia, um negócio B3.

A B3 opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), a maior base privada do País, que reúne o cadastro das restrições financeiras de veículos dados como garantia em operações de crédito em todo território nacional.

Os preços dos veículos usados no Brasil ficaram estáveis em janeiro, segundo o monitoramento mensal da Tabela Auto B3, ferramenta de precificação de veículos desenvolvida pela B3 em parceria com a Bright Consulting, que usa inteligência artificial para calcular valores mais próximos dos preços praticados no mercado.

Em relação a dezembro de 2025, alguns modelos continuaram apresentando queda nos preços. No acumulado de 12 meses, a maioria dos segmentos segue em retração, especialmente SUVs e picapes compactas, que lideram a desvalorização no período.

Receita Estadual apreende mais de meia tonelada de maconha

A Receita Estadual apreendeu, em conjunto com a Operação Foco, uma carga de mais de 652 kg de maconha no Posto Fiscal de Nhangapi, na divisa com o estado de São Paulo. A droga foi localizada durante a fiscalização de um caminhão que transportava garrafas de cerveja. Diante do flagrante, o caso foi encaminhado pelos auditores fiscais à investigação policial.

Neste mesmo dia, uma carga de mais de 25 mil uniformes com documentação irregular também foi apreendida pela Sefaz-RJ. Avaliada em aproximadamente R\$ 1,1 milhão, a mercadoria foi retida no Posto de Controle Fis-

cal de Morro do Coco. O valor do auto de infração aplicado totaliza mais de R\$ 635 mil.

Durante a abordagem, realizada na Barreira Fiscal localizada na divisa com o Espírito Santo, os auditores da Sefaz-RJ constatarem a fraude nas notas fiscais dos produtos, que apresentavam inconsistências nas informações relativas ao emitente do documento. O transportador da carga foi autuado com base na responsabilidade tributária prevista na Lei Estadual 2657/1996, que estabelece o pagamento do ICMS para o profissional que transporta produtos com documentação irregular.



Flagra carga de entorpecente em meio a transporte de bebidas

Divulgação/ Sefaz-RJ